

Informativo da **AMAM**

Informativo da AMAM | Edição 12 | Agosto de 2012 | Cuiabá-MT



AMAM, TRE-MT e TJMT lançam campanha "Seu Voto, Nosso Futuro"

Pág. 3



Requerimento ressalta exercício dos
trabalhos eleitorais com tranquilidade

Pág. 4

Associados são contemplados com
novos convênios

Pág. 2

AMAM participa de celebração dos
seis anos da Lei Maria da Penha

Pág. 6

O papel dos magistrados nas eleições

A Associação Mato-grossense de Magistrados (AMAM) começou agosto empenhada em participar de iniciativas de conscientização popular em busca da realização de uma eleição limpa em outubro. Nesse sentido, adotou a campanha “Seu voto, nosso futuro” da Associação dos Magistrados da Justiça Militar (AMAJUM), e somou com outras instituições importantes, como o Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MT), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MT), para garantir efetividade à iniciativa.

Ainda na égide das eleições, a AMAM firmou parceria com a Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), e já ministrou cursos para gestores públicos, capacitando-os no período que antecede o pleito sobre ações eleitorais e prestação de contas.

Visando contemplar os magistrados, a AMAM expôs ao TRE-MT a importância da participação de juizes estaduais na condução do processo eleitoral e solicitou uma intervenção junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para que os mesmos não sejam penalizados diante das metas a serem cumpridas na Justiça Comum em detrimento da missão de garantir o exercício da democracia nos 141 municípios de Mato Grosso.

A AMAM permanece participativa em outras ações ligadas ao Judiciário e que atingem à população, a exemplo da programação regional voltada aos seis anos da criação da Lei Maria da Penha, assim como as atividades do Comitê Multi-Institucional, com a realização de uma audiência pública em Barra do Garças (500 km de Cuiabá).

Na defesa das prerrogativas, a Associação elencou reclamos dos magistrados mato-grossenses, sugerindo que fossem incluídos diversos pontos na elaboração do orçamento do Judiciário para 2013. E falando em reivindicações, a entidade também intercedeu junto ao TJMT pedidos a fim de garantir melhores condições de trabalho dos juizes aprovados no último Concurso da Carreira da Magistratura do Estado, relacionados a contratação imediata de mais um assessor e a emissão da carteira funcional, ambos prontamente atendidos.

Outro requerimento feito pela AMAM tratou da redução no prazo de inscrições ao cargo de desembargador, medida que ainda aguarda um posicionamento do TJMT.

Você também confere nesta edição os últimos assuntos abordados no quadro “O Juiz Responde” e as parcerias firmadas neste mês oito.

Boa leitura.

Agamenon Alcântara Moreno Júnior
Presidente da AMAM

Convênios

AMAM firma parcerias com empresas de diversos segmentos

Magistrados e familiares filiados à Associação Mato-grossense de Magistrados (AMAM) terão descontos especiais em serviços e produtos de diversos segmentos em Cuiabá e até em Chapada dos Guimarães (62 km da Capital).

Os benefícios são possíveis por meio dos convênios firmados com a entidade e contemplam os setores de gastronomia, hotelaria, construção civil, comércio. Na Peixaria Popular, por exemplo, os beneficiados terão 10% de desconto nas despesas da mesa, extensivo aos acompanhantes.

Na Ótica Cristal, os descontos são de 20% nas compras à vista e de 10% a prazo (cheque ou cartão em até 4x sem juros). Já na SCA Mobiliário Contemporâneo, os descontos são de 20% nas compras à vista e de 10% a prazo (cheques em até 10x sem juros). O benefício não incide sobre o valor dos impostos e do frete e ainda não é aplicado para ofertas anunciadas e que não possuem outros descontos.

No *The Point Smart Business*, empreendimento comercial da Caixa Construções, os descontos serão aplicados às salas do quinto andar, cujas áreas variam de 34,17 m² a 39,8 m².

No ramo de lazer e hotelaria ainda há parceria com a Pousada Penhasco. Com a comprovação de vínculo com o titular ou com a entidade, os beneficiados são contemplados com 10% de desconto no *day-use* e nas diárias.

Mais detalhes de todos os convênios firmados no mês de agosto podem ser conferidos no menu Convênios, no site da AMAM – www.amamcba.org.br.

EXPEDIENTE

Boletim Informativo da Associação Mato-grossense de Magistrados

GESTÃO Mudança e Integração

DIRETORIA EXECUTIVA:

Presidente: Agamenon Alcântara Moreno Júnior

1º Vice-Presidente: Alex Nunes de Figueiredo

2º Vice-Presidente: Carlos Alberto Alves da Rocha

1º Secretário: Aristeu Dias Batista Vilella

2º Secretário: Anderson Gomes Junqueira

1º Tesoureiro: Edleuza Zorgetti Monteiro da Silva

2º Tesoureiro: Juvenal Pereira da Silva

CONSELHO ADMINISTRATIVO:

Membros titulares:

Clarice Claudino da Silva

Gilberto Giraldelelli

Luiz Octávio Oliveira Sabóia Ribeiro

Jurandir Florêncio de Castilho
Gonçalo Antunes de Barros Neto
Lídio Modesto da Silva Filho
Alexandre Elias Filho

Membros Suplentes:

Márcio Aparecido Guedes

João Thiago de França Guerra

Michell Lotfi Rocha da Silva

Alexandre Delicato Pampado

Luís Otávio Pereira Marques

PRODUÇÃO

Pau e Prosa Comunicação

(65) 3664 3300

www.paueproza.com.br

contato@paueproza.com.br

“Seu Voto, Nosso Futuro”

Palestra aos agentes de Cuiabá e Acorizal marca lançamento da campanha

Agentes comunitários de Cuiabá e Acorizal foram os primeiros contemplados com a programação da campanha “Seu Voto, Nosso Futuro”, iniciativa da Associação dos Magistrados da Justiça Militar da União (AMAJUM), adotada pela Associação Mato-grossense de Magistrados (AMAM). O lançamento ocorreu no dia 29 de agosto, na Escola dos Servidores Desembargador Athaide Monteiro da Silva.

“O cidadão tem que saber avaliar não só as propostas dos candidatos, mas também a sua vida pregressa e se realmente tem capacidade para governar. A pessoa tem que votar não pelo interesse pessoal, mas pensando no bem da sociedade”, alerta o presidente da AMAM, juiz Agamenon Alcântara Moreno Júnior, que coordena a campanha no Estado.

A parceria com o Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), por meio do programa Justiça Comunitária, surgiu como uma oportunidade de garantir mais

efetividade à campanha, uma vez que os agentes estão diretamente ligados à rotina da comunidade e, portanto, conhecem a realidade dos bairros. Durante o evento, os agentes puderam sanar dúvidas sobre o que é permitido e proibido no pleito, noções sobre quociente eleitoral e partidário, compra de votos, lei da ficha limpa e ainda como denunciar irregularidades.

A coordenadora do programa Justiça Comunitária, juíza Ana Cristina Silva Mendes, ressalta que o engajamento do agente comunitário nesta campanha é muito importante, pelo papel que desempenha na formação de cidadãos e como elo da Justiça com a população mais carente que necessitada de informação e assistência jurídica. “Nestes últimos momentos que antecedem o pleito, temos a participação dos agentes como formadores de opinião, guerreiros contra a corrupção e guardiões para que o processo democrático de direito se concretize no dia 7 de outubro”, afirma.

Eleições limpas

Para a bancária Janaína da Costa Meira, 28, que atua como agente comunitária em Acorizal, a capacitação sobre o processo eleitoral é pertinente. “As pessoas já me perguntam sobre o que é permitido e o que é proibido para essas eleições, especialmente em relação ao uso de carros de som. Hoje consegui esclarecer dúvidas e espero poder contribuir com a realização de eleições limpas”.

Parcerias

Ação conjunta visa conscientização da população no período eleitoral

Cumprindo uma deliberação da última reunião da Diretoria Executiva, a AMAM está empenhada em participar das iniciativas de conscientização popular pelo voto limpo e consciente nas eleições de outubro, bem como em conquistar parcerias. Além do TJMT, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) também faz parte dessa ação conjunta. “Queremos mostrar a importância e as consequências do voto, porque vender o voto é trair a sua própria consciência”, observa o juiz auxiliar da presidência do TRE-MT, Jorge Luiz Tadeu Rodrigues.

Outra medida adotada pela Associação é a realização de palestras nas instituições de ensino superior para tratar sobre o tema por meio do projeto “AMAM nas Universidades”. “Já temos a parceria com duas universidades, o que contribui para que ajudemos esse público a escolher os nossos representantes com consciência”. Uma palestra voltada aos acadêmicos deve ser realizada na AMAM ainda no mês de setembro.

A AMAM também se tornou parceira da Ordem

dos Advogados do Brasil, seccional Mato Grosso (OAB-MT), da Justiça Eleitoral e do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral de Mato Grosso (MCCE), no intuito de contribuir com a divulgação do projeto “Voto Limpo” nos bairros de Cuiabá e Várzea Grande.

União de forças - “É importante a AMAM estar presente, assim como nossos outros parceiros, como o TRE/MT e o MCCE. Quanto mais instituições puderem atuar, melhor para a sociedade, que passará a entender e compreender melhor o funcionamento de uma eleição”, destaca o presidente da OAB-MT, Cláudio Stábile. “Essa é uma parceria extremamente valiosa devido ao merecido prestígio que a AMAM possui, o que vai dar ainda mais força à nossa campanha”, completa o presidente da Comissão de Direito Eleitoral da OAB-MT, Sívio Queiroz Teles.



EMAM e AMM realizam cursos voltados a gestores

A AMAM, por meio da Escola Mato-grossense da Magistratura (EMAM), e a Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM) realizaram, nos dias 30 e 31 de agosto, o Curso de Prestação de Contas – Eleição 2012 e Ações Eleitorais. A capacitação contou com módulos sobre arrecadação e aplicação de recursos, prestação de contas e sistemas eleitorais.

A iniciativa foi viabilizada pela parceria firmada, no início do mês de agosto, entre a equipe técnica da AMM e o presidente da AMAM, Agamenon Alcântara Moreno Júnior. “Esse estreitamento é extremamente relevante, pois demonstra o empenho da Associação e dos membros do Judiciário em garantir o pleno exercício do Estado Democrático de Direito”. Na ocasião, também participaram da reunião os diretores de ensino e de administração da EMAM, Eduardo Calmon de Almeida César e Sebastião de Arruda Almeida, respectivamente, além do



gerente de capacitação, José Antonio Pinheiro, e a coordenadora jurídica, Débora Simone Faria, ambos da AMM.

AMAM solicita providências para magistrados cumprirem tarefas eleitorais com tranquilidade

Atendendo aos chamados dos magistrados que acumulam a função de juízes eleitorais nesse período, a AMAM protocolizou um requerimento, no dia 06 de agosto, no TRE-MT. O documento solicita ao presidente da Corte Eleitoral, desembargador Rui Ramos, que busque meios junto à Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MT) para que os magistrados desenvolvam as tarefas eleitorais com a tranquilidade necessária, frente ao cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Corregedorias referentes à atuação na Justiça Comum.

“Uma das grandes preocupações dos magistrados nesse período é conjugar as atividades eleitorais, que são prioridades, com a necessidade de atuação na Justiça Comum”, explica o presidente da AMAM, Agamenon Alcântara Moreno Júnior. “Novos tempos exigem tratamentos diferenciados”, acrescenta. O magistrado lembra a declaração da presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Carmem Lúcia, em reunião realizada em julho, em Brasília (DF), quando enalteceu a atuação dos juízes

eleitorais, responsáveis pela garantia do exercício de cidadania em todo o país.

Agamenon ainda destaca o desempenho do TRE-MT, especialmente por incluir a Associação na programação de eventos promovidos no Estado, principalmente nas cidades de Tangará da Serra, Barra do Garças e em Cuiabá. “Os eventos contaram com a participação de todos os atores responsáveis pelo bom andamento das eleições e promoveram a aproximação dos magistrados eleitorais do planejamento elaborado”, completa.



O Juiz Responde Diversos assuntos são debatidos em quadro de rádio

Justiça militar e comunitária, Judiciário nas escolas, precatórios e propaganda eleitoral foram os assuntos debatidos no quadro de rádio “O Juiz Responde”, no mês de agosto. O juiz de Direito, Marcos Faleiros da Silva, que atua na 11ª Vara Criminal da Comarca de Cuiabá, abordou a finalidade de criação da Justiça Militar, fazendo um resgate histórico sobre os primeiros registros desse instrumento judicial.

Já a juíza auxiliar da vice-presidência do TJMT, Edleuza Zorgetti Monteiro da Silva, revelou detalhes do projeto “Poder Judiciário nas Escolas”, enquanto o juiz conciliador da Central de Conciliação de Precatórios do TJMT, José Luiz Leite Lindote, foi o responsável por levar informações aos ouvintes sobre o fato de Mato Grosso ser o primeiro Estado a quitar todos os precatórios.

Ainda em agosto foi a vez da juíza de Direito, Ana Cristina da Silva Mendes, falar sobre o funcionamento do programa Justiça Comunitária, seguida do juiz titular da 4ª Vara Especializada Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá, Paulo Márcio Soares de Carvalho, que tratou da Justiça Eleitoral.

Todas as participações podem ser conferidas no menu rádio AMAM, no site – www.amamcba.org.br



Executivo e Judiciário

Prefeito de Lucas procura Escola da Magistratura para promoção de cursos

Interessado em uma parceria com a Escola Mato-grossense da Magistratura (EMAM), o prefeito de Lucas do Rio Verde, Marino José Franz, fez uma visita de cortesia, no dia 24 de agosto, ao presidente da Associação Mato-grossense de Magistrados (AMAM), Agamenon Alcântara Moreno Júnior.

“Queremos desenvolver cursos de qualificação aos nossos servidores e assim capacitar a mão de obra da administração pública municipal”, revelou o gestor. Cursos sobre procedimento licitatório, processos administrativos e judicialização da saúde devem ser realizados ainda neste ano. A iniciativa do prefeito partiu após a divulgação da parceria entre a EMAM e a Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM) pela viabilidade da realização de



cursos voltados aos gestores públicos.

O presidente da AMAM enalteceu a iniciativa do prefeito. “Quando instalamos a Escola, a intenção era justamente oportunizar aos diversos públicos um leque de cursos que contribua com o bom funcionamento da democracia, seja na esfera do Legislativo, Executivo ou do próprio Judiciário”,

disse. “E a visita do prefeito de Lucas nos faz acreditar que estamos no caminho certo”, completou.

O ex-secretário-chefe da Casa Civil, Eumar Novacki, também prestigiou o encontro. A biblioteca da AMAM ainda foi contemplada com uma edição do Plano Diretor do Município de Lucas do Rio Verde – Reavaliação, atualização e implementação.

Aprovação

Conselho Administrativo aprova balancete do 2º trimestre

Membros do Conselho Administrativo da AMAM aprovaram, no dia 07 de agosto, em reunião na sede da entidade, o balancete financeiro relativo ao segundo trimestre deste ano, correspondente aos meses de abril, maio e junho.

Além da presidente do Conselho, desembargadora Clarice Claudino da Silva,

também participaram os seguintes conselheiros: juízes Gilberto Giraldelelli, Luiz Octávio Oliveira Sabóia Ribeiro e Alexandre Elias Filho, e o desembargador Jurandir Florêncio de Castilho. A contadora Deluse Karine Perin também compareceu à reunião para prestar os devidos esclarecimentos contábeis.

AMAM participa de mobilização de 6 anos da Lei Maria da Penha

A juíza de Direto, Edleuza Zorgetti Monteiro da Silva, que responde como 1ª tesoureira da Diretoria Executiva da AMAM, participou, no dia 11 de agosto, da mobilização para comemorar os seis anos de publicação da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). A iniciativa foi realizada pelo TJMT, por meio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cemulher) e do programa Justiça Comunitária. “É uma grande honra participar desse momento, uma vez que trata do conagraçamento de uma Lei que muito contribui com a garantia das prerrogativas das mulheres”, afirmou a magistrada.

Segundo a coordenadora da Cemulher e da Justiça Comunitária, juíza Ana Cristina da Silva Mendes,

o objetivo da ação foi mobilizar a sociedade para o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher; divulgar aos cidadãos informações claras sobre a Lei Maria da Penha; promover a cidadania com atuação na esfera preventiva, com mecanismos de defesa e empoderamento da mulher. “Também foi possível esclarecer a população, principalmente dos bairros mais populosos e carentes, sobre o papel da Justiça”.

Atendimentos à população foram realizados com esclarecimentos jurídicos e encaminhamentos ou distribuição de material. Houve ainda apresentação de vídeo de fatos reais ocorridos com vítimas de violência e apresentação de uma peça teatral sobre violência doméstica e familiar contra a mulher. (com informações da Ascom/TJMT)

Corregedoria Geral

Audiência pública em Barra do Garças conta com participação da AMAM

O presidente da Associação Mato-grossense de Magistrados (AMAM), Agamenon Alcântara Moreno Júnior, esteve presente no dia 10 de agosto na audiência pública realizada pela Corregedoria Geral da Justiça de Mato Grosso (CGJ-MT) na Comarca de Barra do Garças (500 km de Cuiabá).

“A interiorização do Comitê Multi-Institucional vai ao encontro do que a AMAM prega que é ouvir os colegas da magistratura e a comunidade para buscar alternativas para tornar o Judiciário mais célere e eficiente”, disse Agamenon. “Por isso, enalteçamos o trabalho da Corregedoria que

vem demonstrando o sábio interesse de buscar uma gestão voltada à valorização dos membros do Judiciário, orientando antes de qualquer medida punitiva”.

O evento contou com a presença de desembargadores, juízes e representantes das instituições que compõem o Comitê Multi-Institucional do sistema judicial do Estado, iniciativa que tem como objetivo reunir a comunidade local para ouvir as demandas e apresentar as ações estratégicas que já estão sendo tomadas para solucionar os problemas existentes e melhorar a qualidade da prestação jurisdicional à sociedade.

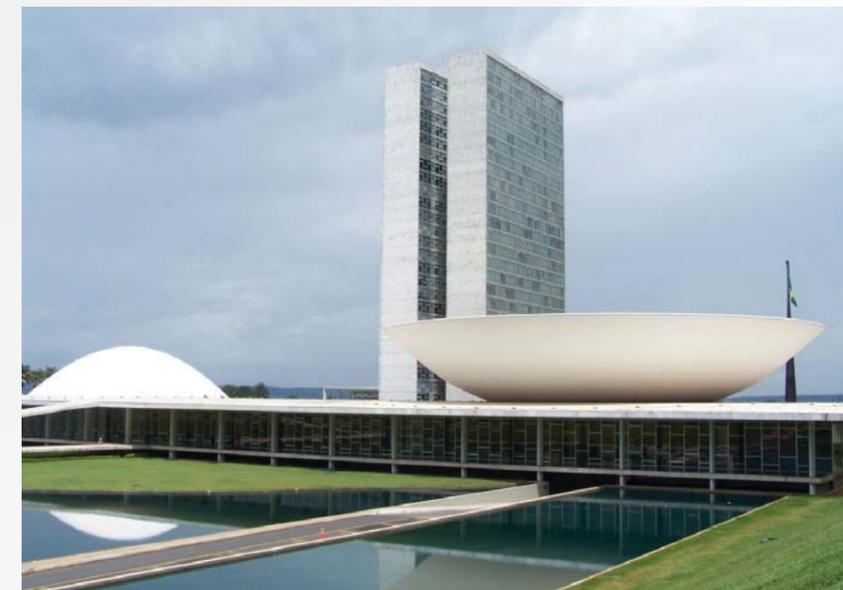
Senador de MT apresenta projeto que gratifica juízes estaduais sob competência federal

O senador por Mato Grosso, Blairo Maggi (PR), apresentou, no dia 08 de agosto, o Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2012, que institui a gratificação de representação dos juízes estaduais no exercício da jurisdição federal por delegação. Segundo levantamento do Conselho da Justiça Federal (CJF), dos 2,6 milhões de processos distribuídos nos cinco Tribunais Regionais Federais (TRFs), entre 2005 e 2010, apenas 1,5 milhão vieram de varas federais.

Atualmente, apenas 241 dos 5.564 municípios brasileiros possuem varas da Justiça Federal instaladas. Para garantir acesso aos jurisdicionados do país sobre os assuntos jurídicos ligados à União, uma alternativa prevista na Constituição Federal para equacionar o problema, especialmente quando se trata da área previdenciária, é atribuir tal tarefa ao Judiciário Estadual.

“Esses números demonstram a relevância da atuação dos magistrados estaduais, que contribuem com o andamento dos processos ligados à esfera federal”, salienta o presidente da AMAM, Agamenon Alcântara Moreno Júnior. “E essa é uma reivindicação antiga da magistratura estadual, encampada inclusive pela própria Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), uma vez que não há a devida valorização no subsídio por exercerem mais essa função”, acrescenta.

A medida proposta pelo parlamentar



considera tais atribuições similares às da Justiça Eleitoral, na qual a jurisdição, também de responsabilidade da União, é exercida, em grande medida, pelos juízes estaduais. “A justificativa da gratificação é lógica, ou seja, no desempenho da jurisdição eleitoral o juiz estadual está a exercer um *plus* na sua atividade laboral que deve, necessariamente, ser remunerada”, expõe o senador. “Em situação semelhante encontra-se o juiz estadual quando exerce competência federal por delegação, na forma do § 3º do art. 109 da Constituição. Impõe-se, assim, em nome da isonomia, assegurar vantagem equivalente a esses magistrados”, conclui.

O PLS foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado para apreciação e recebimento de emendas.

AMAM solicita redução no prazo de inscrições ao cargo de desembargador

O presidente da AMAM, Agamenon Alcântara Moreno Júnior, protocolizou, no dia 28 de agosto, um requerimento ao TJMT, solicitando a fixação do prazo de cinco dias para inscrições nas vagas de acesso, por antiguidade ou merecimento, ao cargo de desembargador.

Segundo o magistrado, a alteração no artigo 10 da Resolução 004 de 2006 do TJMT contribuirá com mais celeridade ao procedimento. Ele citou como exemplos os Tribunais de Justiça do Rio de Janeiro, Maranhão e Paraná, que possuem o prazo mais enxuto que a corte mato-grossense.

Participação

Elaboração de orçamento do Judiciário conta com sugestões da AMAM

Complementando o pedido feito pelo TJMT, que solicitou a participação dos magistrados na elaboração da proposta orçamentária do Poder Judiciário Estadual para o exercício de 2013, a AMAM elencou diversos pleitos vislumbrados pela magistratura. A medida atende a Resolução nº 70 de 2009 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Nesse sentido, o presidente da AMAM, Agamenon Alcântara Moreno Júnior, destacou a necessidade das adequações orçamentárias para garantir, por exemplo, o pagamento das verbas relacionadas à URV e à PAE. "Grande parte dos servidores já teve o crédito do URV quitado. Em relação aos magistrados, pagou-se, em média, o correspondente a 60% do crédito, sendo necessária uma programação para quitação desse passivo", considerou. "Já em relação à PAE, atendendo pedido da AMAM, no presente ano, o Tribunal Pleno reconheceu o direito ao pagamento dessa verba, em consonância com decisões já firmadas em outros Tribunais", lembrou.

Outra demanda elencada trata da redução do número de entrâncias, aspiração da magistratura de 1º grau, assim como a posse de seis novos juízes, aprovados no Concurso Público para Ingresso na Carreira da Magistratura de Mato Grosso. "É importante que a posse se efetive ainda nesse ano dada a necessidade de atender todas as comarcas", pontua. "Caso não se dê posse nesse ano, a AMAM postula para adequar o orçamento, prevendo a posse dos seis novos juízes em 2013", sugeriu.

Outros pedidos – A AMAM também enalteceu a importância da implantação da gratificação para o exercício da Diretoria de Fórum, na ordem de 5% do subsídio mensal, verba que integraria as despesas com pessoal do Poder Judiciário, e por isso, tributável. A diferença para cumulação de varas também foi exposta. Outras medidas que devem ser adotadas pelo Judiciário mato-grossense, segundo a AMAM, versam sobre a implantação dos auxílios saúde e alimentação, ambos de caráter indenizatório e na ordem de 5% do subsídio mensal; a criação de cargos de assessor jurídico e segurança, assim como a recomposição do subsídio em 20%.

Além de apontar os custos de cada reivindicação, a Associação tratou ainda das adequações necessárias para atendimento aos dispositivos da Resolução nº 104 de 2010 do CNJ, que trata das medidas administrativas para a segurança e a criação de Fundo Nacional de Segurança.



TJMT acolhe pedidos da AMAM com pleitos aos novos juízes

O presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, desembargador Rubens de Oliveira Santos Filho, acolheu os dois pedidos feitos pelo presidente da AMAM, Agamenon Alcântara Moreno Júnior, em busca de melhorias às condições de trabalho dos juízes aprovados no último Concurso da Carreira da Magistratura do Estado.

Após levantamento feito junto à Coordenadoria de Planejamento e Financeira do TJMT, constatou-se a viabilidade orçamentária e financeira para a contratação imediata de mais um assessor (assistente de gabinete II) aos gabinetes dos juízes substitutos. Outro pedido atendido pelo TJMT trata da emissão da carteira funcional aos novos magistrados. "Medidas como essas mostram a sintonia que a atual administração do TJMT busca junto aos magistrados, analisando os reclamos a fim de valorizar esses operadores do Direito que atuam no Estado assim como trabalhar pela qualidade da prestação jurisdicional", afirmou o presidente da Associação.

